



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.^a SL

Aos 05 dias do mês de Setembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.^{os} 84/XII e 85/XII, relativas às reuniões de 25 e 26 de julho;

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audição da UNICRE, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, sobre o sistema de pagamentos eletrónicos utilizando cartões de débito e de crédito;

3. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o aumento do preço dos combustíveis e o agravamento da situação do sector da construção civil.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que conclui um Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, nos termos do artigo XXIV, n.º 6, e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia - COM(2012)346

Relatora: Deputada Cláudia Monteiro (PSD)

5. Nomeação de relatores para iniciativas legislativas:

– Proposta de Lei n.º 88/XII/1.^a (GOV) – Aprova o regime sancionatório do sector energético, transpondo, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas n.ºs 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam as Diretivas n.ºs 2003/54/CE e



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.ª SL

2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003.

Relator cabe ao PS

– Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

Relator cabe ao PS

6. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 84/XII e 85/XII, relativas às reuniões de 25 e 26 de julho;

Submetidas à apreciação, foram as atas n.ºs 84/XII e 85/XII, relativas às reuniões de 25 e 26 de julho de 2012 aprovadas por unanimidade.

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audição da UNICRE, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, sobre o sistema de pagamentos eletrónicos utilizando cartões de débito e de crédito;

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou o requerimento do PSD para audição da UNICRE, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, sobre o sistema de pagamentos eletrónicos utilizando cartões de débito e de crédito, realçando que se pretendia, assim, perceber como está organizado o sistema bem como as motivações específicas de alguns operadores para as decisões tomadas.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.ª SL

Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), para referir que o problema que está na base das decisões anunciadas é um problema antigo, uma vez que não há concorrência neste de atividade em Portugal. Manifestou concordância com as audições propostas, tendo referido que deveriam ser abordadas duas questões: por que razão não devemos aderir a um sistema que concorrencialmente seja mais favorável, como por exemplo o espanhol, que limitações há para tal e como se ultrapassam; e o facto de muitos dos preços praticados pela UNICRE terem a ver com comissões bancárias. Concluiu, propondo a audição da Associação Portuguesa de Bancos sobre o assunto, para se perceber o problema em toda a sua amplitude.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) também manifestou concordância com o requerimento, bem como com a sugestão apresentada pelo PS. Defendeu, igualmente, a audição da Autoridade da Concorrência, que recentemente elaborou um relatório sobre esta matéria.

Respondeu o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), sugerindo que se agendassem as audições previstas neste requerimento e, se no seguimento dessas audições, se entender necessário ouvir as outras entidades aqui propostas, agendar-se-iam então essas audições.

Submetido o requerimento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

3. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre o aumento do preço dos combustíveis e o agravamento da situação do sector da construção civil.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) usou da palavra para apresentar o requerimento, realçando a necessidade de obter respostas por parte do Governo sobre a implementação das recomendações constantes da Resolução da Assembleia da República n.º 85/2012, relativa à criação de uma rede de venda de combustíveis não aditivados, e o facto de, quanto à construção civil, não se ver qualquer melhoria no sector desde a última audição que a Comissão realizou com o Senhor Ministro da Economia sobre esta matéria, em julho.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.ª SL

Pela Senhora Deputada Catarina Martins (BE) foi manifestada concordância à audição proposta.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) afirmou que o seu grupo parlamentar concorda com o requerimento e considerou ser necessária a vinda do Ministro da Economia e do Emprego à Assembleia da República, uma vez que o Governo apenas tem mostrado a perspetiva da preocupação com o défice e mesmo assim não atinge esse objetivo. Reiterou a necessidade de haver a perspetiva da economia real e de se saber que seguimento foi dado pelo Governo à referida Resolução e quais as soluções que o Governo tem para os problemas do país. Referiu também o facto de no sector da construção civil continuaram a verificar-se falências e despedimentos e a obrigação do Governo de ter políticas sustentáveis. Finalmente, fez uma referência ao facto de terem sido anunciadas duas demissões na EDP Renováveis e de que deveriam ser dados esclarecimentos da Assembleia da República a esse respeito.

Pelo Senhor Deputado Nuno Matais (PSD) foi afirmado que a situação a que se chegou no sector da construção civil não foi por acaso nem surgiu nos últimos dias ou semanas. Quanto ao sector dos combustíveis, reiterou a necessidade de transparência na formação dos preços. Lembrou que estes assuntos foram abordados em audições recentes e que seria mais produtivo abordá-los aquando de uma audição ordinária do Ministro da Economia e do Emprego. Concluiu, afirmando não acompanhar o requerimento.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) afirmou que deveria esperar-se por um conjunto de avaliações que o Governo estava a fazer, nomeadamente sobre o sector da construção civil, não pondo de parte que em momento oportuno se faça a audição do Ministro. No que toca aos combustíveis, referiu que os preços altos refletem a situação dos mercados internacionais, defendeu a transparência nos preços e não considerou possível qualquer intervenção estatal para reduzir os preços. Também a este respeito considerou prematura a audição proposta.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.ª SL

Finalmente, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) lamentou o facto de a maioria não aceder a fazer esta audição do Ministro, lembrou que a realização das audições previstas no Regimento da Assembleia da República não impede a realização de outras, e considerou que a dimensão destes problemas exigiria a realização de uma audição específica. Quanto à construção civil, o problema é conhecido e está em desenvolvimento há meses, mas não se percebe o que é que o Governo pretende para este sector. No que toca aos combustíveis lembrou um projeto de resolução do CDS-PP que recomendava que fosse feita uma auditoria independente ao sector mas até agora ainda não se conhece.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que conclui um Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, nos termos do artigo XXIV, n.º 6, e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia – COM(2012)346

Relatora: Deputada Cláudia Monteiro (PSD)

A Senhora Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) informou que fez uma análise prévia da iniciativa e entendeu não se justificar a emissão de parecer por parte da Comissão, tendo a Comissão acatado esta orientação.

5. Nomeação de relatores para iniciativas legislativas:

– Proposta de Lei n.º 88/XII/1.ª (GOV) - Aprova o regime sancionatório do sector energético, transpondo, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas n.ºs 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam as Diretivas n.ºs



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.^a SL

2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003.

Relator cabe ao PS

– Proposta de Lei n.º 89/XII/1.^a (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

Relator cabe ao PS

Neste ponto da ordem do dia foram nomeados a Senhora Deputada Hortense Martins (PS) para elaborar o parecer sobre a PPL n.º 88/XII/1.^a e o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) para elaborar o parecer sobre a PPL n.º 89/XII/1.^a.

6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que tinha dado entrada nessa manhã um requerimento do PCP para audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, tendo o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentado sucintamente o referido requerimento. A discussão e votação do mesmo foram adiadas para a reunião seguinte.

O Senhor Presidente informou também os Senhores Deputados das diligências que entretanto tinha tomado relativas à visita da Comissão ao distrito de Viana do Castelo, que se realizará nos dias 1 e 2 de outubro ou 8 e 9 desse mesmo mês.

Finalmente, o Senhor Presidente informou que estavam agendadas duas reuniões interparlamentares, em Bruxelas, de matérias do âmbito da Comissão e para as quais a Comissão deveria indicar um representante, pelo que solicitou ao coordenador do grupo parlamentar do PCP que indicasse um Deputado para a reunião que se realiza no dia 11 de outubro, subordinada ao tema "*Rumo a um quadro estratégico de referência e contratos de parceria no contexto da futura política de coesão 2014-2020 - posições e papel dos PN*"; e solicitou ao coordenador do grupo parlamentar do CDS-



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.ª SL

PP que indicasse um Deputado para a reunião que se realiza a 27 de novembro sobre "*Direito europeu da compra e venda*".

A reunião foi encerrada às 16:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de setembro de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 86/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Basílio Horta
Emídio Guerreiro
Eurídice Pereira
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino